

# MANUAL PARA DECLARAÇÃO DE RESERVA LEGAL NO PAMPA





# APRESENTAÇÃO

Desde 2012 o Brasil está legalmente sob o regime de regularização ambiental de propriedades rurais, tendo o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Reserva Legal (RL) como a principal ferramenta, especialmente para biomas carentes de legislação protetiva própria, como é o caso do Pampa. Instituído em 2012 pela Lei de Proteção a Vegetação Nativa (Lei nº 12.651), o CAR é um cadastro obrigatório a todo imóvel rural com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais.

Para o Pampa, a RL representa o principal mecanismo de proteção dos remanescentes nativos e das mais de 12.500 espécies da fauna e flora nativas. Desde 1985, o bioma já perdeu 21,4% da vegetação nativa original, a maior perda proporcional entre os biomas brasileiros. A declaração de Reserva Legal e uso sustentável dos campos, principalmente o manejo agropecuário sustentável, são maneiras de fazer uso econômico da vegetação nativa aliado a conservação ambiental.

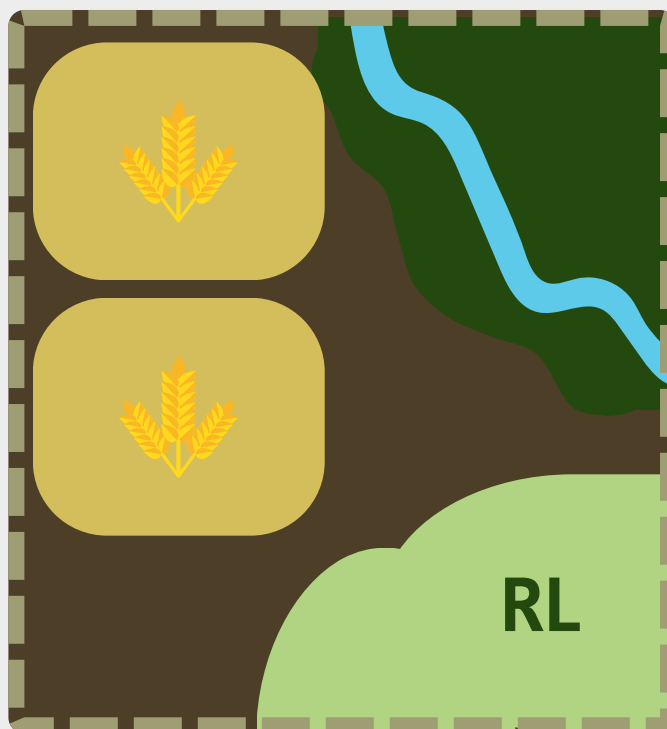
Para saber mais sobre as mudanças na cobertura do solo e uso da terra no Pampa:



# O que é Reserva Legal?

A Reserva Legal é uma porção do imóvel rural na qual a vegetação nativa deve ser mantida para garantir a conservação de espécies e seus ecossistemas nas propriedades rurais.

No Rio Grande do Sul a Reserva Legal deve corresponder a, no mínimo, 20% da área total do imóvel, tanto no bioma Mata Atlântica quanto no bioma Pampa.



A RL deve ser demarcada e proposta no  
**Cadastro Ambiental Rural**,  
que pode ser feito através do Módulo de  
Cadastro, disponível no site do SICAR-RS  
([car.rs.gov.br](http://car.rs.gov.br)).

Aqui você encontra o passo a passo para  
inscrever um imóvel no CAR, e outras  
informações importantes:



# Todos os imóveis rurais devem ter RL?

**Sim.** A Reserva Legal é obrigatória a todos os imóveis rurais, inclusive pequenas propriedades.

Nesses casos, o que muda é o tamanho que a RL deve ter.

Se até 22 de julho de 2008 o imóvel tinha (ou ainda tem) menos de 4 Módulos Fiscais, a Reserva Legal deve corresponder a, no mínimo, a área de vegetação nativa existente em 2008, conforme o Art. 67º da Lei nº 12.651 de 2012. Por exemplo, se em 2008 o imóvel tinha apenas 10% de vegetação, esse é o tamanho mínimo que a RL deve ter.

Casos em que a área total do imóvel diminuiu após a data definida, a exigência do percentual de RL será sobre a área que o imóvel detinha em 22 de julho de 2008 e, caso for acima de 4 Módulos Fiscais, deverá ter os 20% de RL distribuídos nos fracionamentos posteriores ao marco legal.

## Se o imóvel não tem árvores nativas para conservar, mesmo assim deve ter Reserva Legal?

**Sim.** “Vegetação nativa” não significa apenas matas de árvores e arbustos.

É comum acreditar que não existem remanescentes nativos em um imóvel onde a vegetação é campestre e rasteira, mas principalmente no Pampa, essa vegetação tipicamente usada como pasto para o gado precisa ser conservada.

Portanto, a Reserva Legal pode (e deve) ser demarcada também nessas áreas, mesmo que haja pastoreio.



Foto: Maurício Scherer

# Posso fazer uso produtivo da área de Reserva Legal?

Sim, desde que sem a descaracterização da vegetação nativa.

O objetivo da RL é a conservação da vegetação aliada ao uso sustentável da diversidade nativa, podendo ser utilizada para manejo pastoril sustentável, sistemas agroflorestais ou extrativismo sustentável.

## **Sistemas Agroflorestais**

Modelos de produção que associam árvores com culturas agrícolas e, às vezes, também com animais.

## **Extrativismo Sustentável**

Extração e coleta de produtos não-madeiráveis da Flora Nativa em florestas nativas primárias ou secundárias.

## **Manejo pastoril sustentável**

Pastejo de gado sob a vegetação campestre nativa, sem utilização de pastagens cultivadas e evitando o sobrepastejo.

# ATIVIDADE PECUÁRIA ALIADA A CONSERVAÇÃO DOS CAMPOS NATIVOS

Os campos do Pampa evoluíram com a presença de animais herbívoros de grande porte (a chamada Megafauna do Pleistoceno) que, por seu pastejo, contribuíram forte-mente para moldar a vegetação do Pampa. Esse fator de distúrbio à vegetação foi substituído nas paisagens dos campos do Pampa pelo gado bovino e equino, introduzido pelos jesuítas por volta de 1600.

Na ausência do pastejo, as gramíneas cespitosas, como o capim-caninha (*Andropogon lateralis*), dominam e praticamente não há ocorrência do estrato rasteiro.

Portanto, a vegetação nativa pastejada não necessariamente é

área consolidada (para fins de declaração no CAR).

A prática pecuária na região beneficia-se diretamente da flora nativa dos campos, composta por milhares de espécies de plantas que crescem e produzem forragem para o gado sem depender da intensificação dos sistemas de produção através de inusmos.

O manejo pastoril sustentável é uma das maneiras de fazer uso produtivo da Reserva Legal no Pampa, utilizando a flora nativa como forragem, alternando áreas de pastagem e com atenção a carga animal para evitar o sobrepastejo.



Foto: Marco Lopes  
Ecos do Pampa



# Áreas de Preservação Permanentes podem compor a Reserva Legal?

Sim, mas apenas quando não há vegetação nativa suficiente fora de APP para compor a RL.

Se for este o caso, não poderão ser feitas novas conversões de solo no imóvel.

| APP               | Regra geral de conservação (Lei nº 12.651)                        |
|-------------------|---|
| Nascentes         | 50m   |
| Rio até 10m       | 30m   |
| Rio de 10 a 50m   | 50m   |
| Rio de 50 a 200m  | 100m  |
| Rio de 200 a 600m | 200m  |
| Acima de 600m     | 500m  |
| Topo de morro     | 1/3 da área de morros com mais 100m de altura e 25° de inclinação |

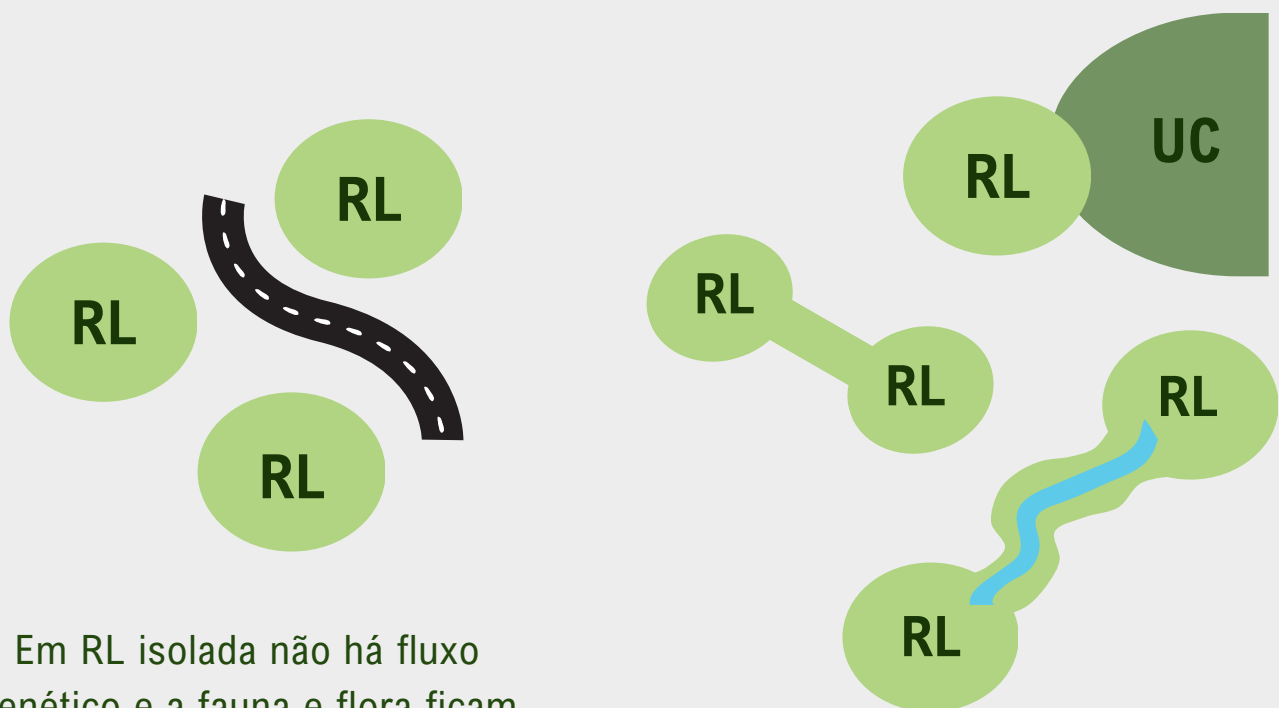
Caso as APPs estejam degradadas, a recuperação através do PRA tem exigências mínimas conforme o tamanho do imóvel. Mais informações sobre esse assunto estão disponíveis aqui:



## Onde alocar a Reserva Legal?

Para que a RL cumpra sua função é importante que ela não esteja “isolada” e seja representativa da biodiversidade local. Demarcar a RL onde existe maior concentração de árvores em um local onde a vegetação rasteira predomina pode não ser a melhor estratégia, por exemplo.

É muito importante que a RL esteja conectada com outros remanescentes de vegetação nativa, como APPs, Reservas Legais vizinhas, Unidades de Conservação, Territórios Tradicionais, etc.



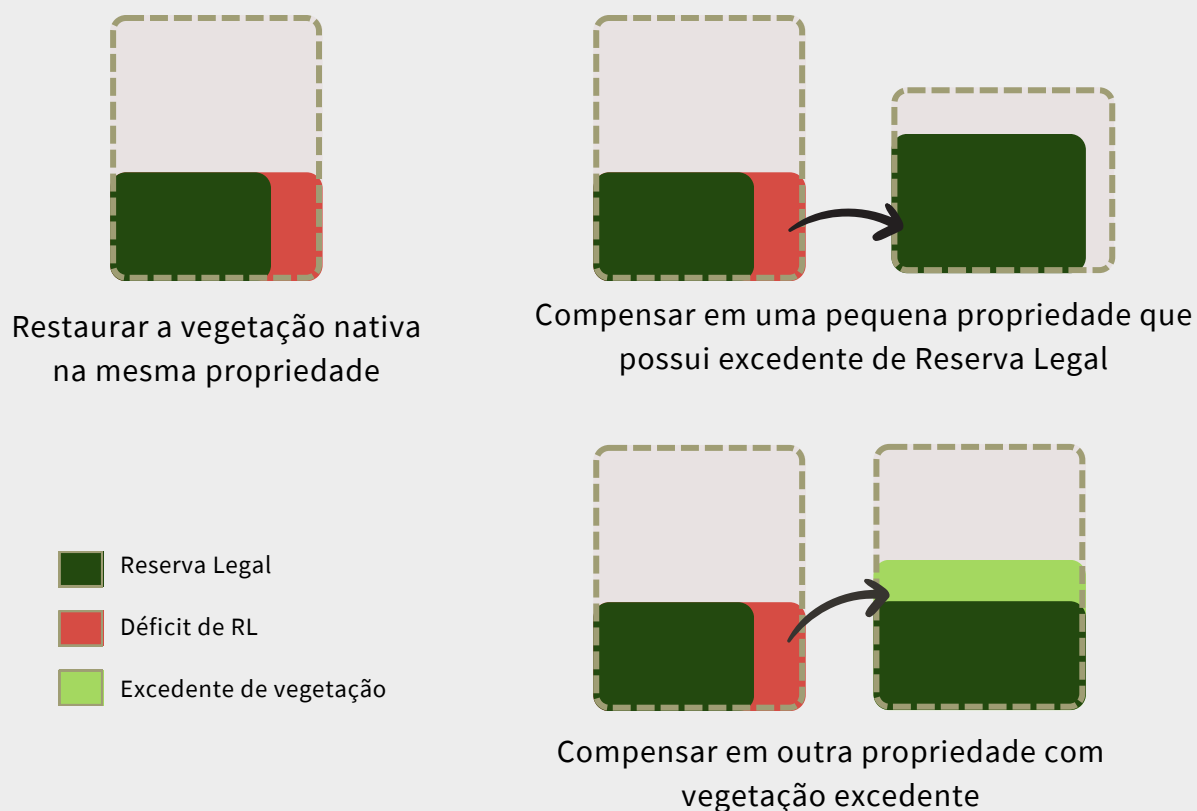
Em RL isolada não há fluxo genético e a fauna e flora ficam mais propensas a se extinguir localmente.

RLs conectadas com outros remanescentes permitem a troca genética entre ecossistemas.

# Imóveis sem vegetação nativa suficiente para compor a Reserva Legal

Imóveis com déficit de vegetação nativa devem aderir ao **Programa de Regularização Ambiental (PRA)**.

Para regularizar o déficit é possível:



Caso seja necessário compensar a vegetação nativa em uma propriedade diferente, é necessário que ambas propriedades estejam localizadas no mesmo bioma. A compensação deverá ser acordada com o órgão ambiental através do PRA.

# Posso optar por converter toda vegetação em um imóvel e compensar em outro?

**Não.** A compensação só vale para supressão de vegetação que já ocorreu.

Novas supressões precisam estar licenciadas, e caso não estejam, deverão ser recuperadas no local. Novas conversões sem autorização do órgão ambiental estão sujeitas a multa e embargo da área.

Além disso, é importante manter as Reservas Legais bem distribuídas entre as propriedades rurais para abranger mais espécies, ecossistemas, e formar corredores ecológicos com outros remanescentes nativos.





**A Reserva Legal declarada no CAR é uma proposta, ou seja, não é definitiva e está sujeita a análise pela SEMA-RS, que poderá pedir alterações na demarcação e alocação da RL.**

Após a análise, o proprietário ou possuidor do imóvel será notificado através da Central de Comunicação, por isso é importante ter esse acesso.

Para acessar a Central ou criar o Login:



## Restaram dúvidas?

Sobre o CAR, RL e PRA:  
atendimento-car@sema.rs.gov.br  
(51) 3288 7447

Sobre SAFS, Extrativismo sustentável e  
recuperação de vegetação nativa:  
dlf@sema.rs.gov.br  
(51) 3288 7437

Este material foi elaborado como parte de trabalho de conclusão do curso de  
Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Autoria e diagramção:

Arielle Both (UFRGS) | Leonardo Marques Urruth (SEMA/RS) | Lucas Richter (SEMA/RS) | Ulisses Franz Bremer (UFRGS)